

PERFIL DOS PRESIDENTES ELEITOS NOS MUNICÍPIOS DE MOÇAMBIQUE EM 2018: VISUALIZANDO OS ATRIBUTOS SOCIAIS E PROFISSIONAIS

ACRÍSIO VICTORINO¹; ÁLVARO BARRETO²

¹Universidade Federal de Pelotas – acrisio.victorino@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – albarret.sul@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

O processo de modificação do quadro jurídico-político em Moçambique, levado a cabo pela reforma dos órgãos locais do Estado, teve como finalidade a descentralização administrativa do país, através da Lei nº 3/94, de 13 de setembro, e a conversão de cidades e vilas em municípios pela Lei nº 2/97, de 18 de fevereiro. Mediante esse processo, foram inicialmente criados 33 municípios, processo esse que gradualmente tem vindo a crescer desde as primeiras eleições municipais de 1998. O número de municípios se manteve em 2003, porém, em 2008 esse número cresceu para 43 e em 2013 para 53 municípios, número esse que se manteve até as realizações das últimas eleições, em 2018.

Desde a introdução das eleições municipais já foram realizadas 5 eleições consecutivas. Importa referir que o processo de eleição dos presidentes dos municípios – ou seja, chefe do poder executivo – sofreu uma alteração nas eleições de 2018, modificando-se de um processo onde o presidente era eleito através de sufrágio universal e direto¹ para um processo no qual o partido organiza uma lista, em que o cabeça de lista, ou seja, a pessoa que se encontra no topo da lista do partido político para eleições municipais, é indicada como o presidente do município. Desta forma, o eleitor passa a votar no partido diretamente, e não no candidato².

Dentre os cargos eletivos, o presidente do conselho municipal ocupa a maior proximidade com o eleitorado. Destarte, o estudo tem como objetivo descrever dentro do novo quadro jurídico estabelecido para as eleições de 2018, o perfil dos presidentes eleitos nos municípios moçambicanos neste mesmo assim, buscando assim, compreender os atributos sociais e profissionais envolvidos.

¹ Ver a Lei Eleitoral nº 7/2013 de 22 de Fevereiro.

² Ver a Lei Eleitoral nº 7/2018 de 3 de Agosto.

Neste contexto de análise, é importante compreender se tal padronização verificada para Moçambique também é percebida nas três regiões moçambicanas ou se existem diferenças influenciadas pelas características e peculiaridades regionais. Importante salientar que o presente trabalho não pretende esgotar o assunto, mas provocar algumas reflexões e instigar novas possibilidades de estudos sobre a temática.

Dentro da literatura, vários são os estudos que analisam as variáveis sociais e profissionais entre os vitoriosos ocupantes de cargos políticos. Dentre eles, tem-se os estudos desenvolvidos por: Weber (1994); Santos (1997); Lemos e Ranincheski (2002; 2008); Rodrigues (1987, 2002, 2006); Costa (2010); Coradini (2011); Araújo (2009); Codato (2008); Marengo e Serna (2007); Mucinhato (2014); Perissinotto & Miríade (2009); Perissinotto e Bolognesi (2010); Nicolau (2006). Em contrapartida, no cenário Moçambicano não existe nenhum trabalho que versa sobre essa temática. Assim, basearemos nossa perspectiva de análise com base na literatura internacional que versa sobre a temática, visando adequar ao nosso objeto de pesquisa.

2. METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se como de natureza exploratória-descritiva, onde se utiliza o método quantitativo. Se utilizarão dados básicos, provenientes dos relatórios eleitorais do Conselho Nacional de Moçambique (CNE). Serão analisados todos os municípios nas eleições de 2018 e para três grandes regiões que correspondem ao território moçambicano. Os dados serão processados no Excel e no SPSS versão 23, buscando, assim, descrever dentro dos candidatos eleitos a prefeitos, quais os atributos sociais e profissionais predominantes.

Primeiramente, se buscará observar essas características a nível nacional, e de seguida, serão observadas para cada uma das três grandes regiões que caracterizam Moçambique, permitindo, assim, observar as diferenças e semelhanças entre os perfis dos presidentes eleitos ao cargo de prefeito. Neste sentido, para análise, serão observados os seguintes atributos sociais e profissionais: gênero, faixa etária, grau de instrução, profissão, tempo de carreira política, carreira política eletiva e carreira política não eletiva.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Importa frisar que as eleições municipais de Moçambique de 2018 se configuram dentro de um quadro diferente das eleições anteriores, nas quais o presidente era eleito por sufrágio universal direto, passando para um eleição indireta, em que o eleitor vota no partido. Assim, cabe ao partido a organização da lista dos candidatos.

Em relação aos cargos políticos eleitos, os estudos demonstram que as mulheres encontram-se sub-representadas praticamente em quase todo mundo independentemente do tipo do cargo político assim como do sistema eleitoral. A tabela 1 ilustra a distribuição por gênero dos prefeitos eleitos nas eleições municipais de 2018 em Moçambique.

Tabela 1: Prefeitos eleitos em Moçambique, de acordo com o gênero nas eleições de 2018

ANO	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%
2018	47	88,68	6	11,32	53	100,0

Fonte: CNE & STAE. Elaborado pelo autor (2019).

Como podemos observar, dos 53 municípios existentes, na eleição de 2018 a presença dos homens é massiva: 47 homens (88,68%), contra 6 Mulheres (11,32%). Esse resultado corrobora com o que a literatura aponta. Ou seja, as mulheres constituem uma minoria nos cargos políticos eleitos (Nicolau, 2006; Perissinotto & Miríade, 2009; Araújo, 2009; Perissinotto e Bolognesi, 2010, Araújo, 2013).

4. CONCLUSÕES

Destacando que ainda estamos em processo de construção da nossa base de dados. De qualquer maneira, até aqui podemos observar que as mulheres são a minoria nos cargos eleitos para prefeito nas eleições municipais de 2018 em relação aos homens.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, C. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 2, n. p. 23–59, 2009.

CODATO, Adriano. A Formação do campo político profissional no Brasil: Uma hipótese a partir do caso de São Paulo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.16, n.30. 2008, p.89-105.

CORADINI, O. L. Representação Política e de Interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, n. 1, 2011, p. 197–220.

COSTA, L. D. **Os representantes dos estados no Congresso: composição social e carreira política dos Senadores brasileiros**. Campinas - SP: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, 2010.

LEMONS, L. B. DE S.; RANINCHESKI, S. O perfil sociopolítico dos senadores brasileiros. **Senatus**, v. 2, n. 1, p. 33–39, 2002.

LEMONS, L.; RANINCHESKI, S., **Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do Plenário e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na década de 90**. In: LEMOS, L. (org.), *O Senado Federal brasileiro no pós- constituinte*. Brasília: Senado Federal, 2008.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo no Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.22, n.64. 2007, p.93-113.

MUCINHATO, Rafael, **Quem são os deputados Brasileiros? Um balanço do perfil biográfico de 1986 a 2012**. In: MOISÉS, José Álvaro (org.). *O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014.

NICOLAU, Jairo. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v.49, n.4, 2006, p.689-720

PERISSINOTTO, R. M.; MIRÍADE, A. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. **Dados**, v. 52, n. 2, 2009, p. 301–333.

PERISSINOTTO, Renato, BOLOGNESI, Bruno, Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). **Brazilian Political Science Review**.Vol. 4, Nº 1, 2010, p. 10-32.

RODRIGUES, L. M. **Mudanças na Classe Política Brasileira**. [s.l.] Publifolha, 2006.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, Ideologia e Composição Social**. [s.l.] EDUSP, 2002.

RODRIGUES, L. M. **Quem é Quem na Constituinte: uma Análise Sociopolítica dos Partidos e Deputados**. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987.

SANTOS, A. M. DOS. Nas Fronteiras do Campo Político - Raposas e outsiders no Congresso Nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 33, 1997, p. 87–101.

WEBER, Max, **The profession and vocation of politics**. In: LASSMAN, P.; SPEIRS, R. (eds.). *Weber: Political Writings*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 309-369, 1994.